

PAUTA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará acerca das seguintes matérias, na reunião do dia 02/07/2024, às 9h45, no AM Master Hall, na cidade de Criciúma:

1 – PL n. 185/2023

Autor: Deputado Mauricio Peixer (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta cria a carteira de identificação da pessoa com fibromialgia, que assegura ao portador atenção integral e prioridade no atendimento aos serviços de saúde no estado.

2 – PEC n. 6/2024

Autor: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta de emenda à Constituição Estadual assegura que os recursos financeiros oriundos de economia efetuada pelo Parlamento Catarinense sejam destinados para obras públicas do estado indicadas pelas bancadas regionais de parlamentares.

A medida assegura aos parlamentares, representantes diretos das diversas regiões do estado, maior influência sobre a destinação dos recursos financeiros, garantindo que sejam aplicados em projetos e iniciativas que, realmente, atendam às demandas específicas de suas comunidades.

3 – PRS 7/2024

Autor: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta institui o programa de visitas cívicas de alunos do ensino fundamental (1º ao 5º ano) ao Parlamento Catarinense, proporcionando conhecimento sobre a história do Palácio Barriga Verde e as atividades dos parlamentares.

Os visitantes terão oportunidade de participar de palestras multiculturais, onde serão abordados temas como política, ética, cidadania, além de assuntos relacionados à violência nas escolas.

O programa oferecerá, ainda, sessão de filmes educativos sobre os temas explanados durante a visitação.

4– PRS 8/2024

Autor: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta institui a “Terça Cultural na Assembleia Legislativa”, permitindo a utilização gratuita do Auditório Antonieta de Barros por músicos catarinenses para apresentações musicais.

O programa será coordenado pela Coordenadoria de Eventos, e as apresentações serão abertas ao público e terão entrada gratuita.

5 – PL n. 205/2024

Autor: Deputado Milton Scheffer (PP)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta estabelece a política estadual de prevenção do acidente vascular cerebral (AVC), que tem como principal objetivo a promoção da qualidade de vida e redução das vulnerabilidades decorrentes dos fatores de risco para a ocorrência da doença.

6 – PL n. 173/2024

Autor: Deputado Soratto (PL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta altera a Lei n. 17.292/2017- Estatuto das Pessoas com Deficiência.

A mudança pretendida torna a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais (LIBRA) como primeira língua a ser ensinada aos alunos surdos, surdocegos, com

deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades, superdotação ou com outras deficiências associadas.

Já a língua portuguesa escrita será considerada como segunda língua para esses alunos.

Além disso, a proposta inclui a LIBRA nos currículos dos cursos de formação dos níveis infantil, fundamental, médio e superior, bem como nas áreas de ciências humanas, saúde e das licenciaturas do estado.

7 – PL 180/2024

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto institui a política de valorização da mulher no campo e busca o fortalecimento da participação das mulheres na atividade rural, garantindo o respeito à sua capacidade produtiva e às suas habilidades profissionais.

Dentre os principais objetivos da política, estão: a concessão prioritária de recursos e subsídios aos estabelecimentos rurais chefiados por mulheres, a implementação de ações preventivas no combate às violências doméstica, de gênero e patrimonial, assim como a prestação de assistência psicossocial às mulheres do meio rural.

8 – PL n. 248/2024

Autor: Deputado Neodi Saretta (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto de lei determina o cumprimento das obrigações trabalhistas pelos órgãos da Administração Pública contratantes dos serviços de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e contínuo.

Para esse fim, deverão constar no edital de contratação a exigência de caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com a cobertura para verbas rescisórias inadimplidas.

Além disso, a quantia devida pela Administração Pública somente será paga às empresas contratadas mediante a comprovação, por essas últimas, de quitação das obrigações trabalhistas aos seus empregados.

9 – MSV n. 505/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A mensagem de veto parcial do governador do estado aos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei n. 218/2023 aprovado pelo Parlamento Catarinense, dispõe sobre a política de transparência da operação, manutenção e medidas de segurança nas barragens do estado.

Dentre as obrigações impostas ao Poder Executivo, proibidas pelo governador, estão a realização de inspeção a cada 365 dias nas barragens, priorizado a verificação da capacidade de retenção de água e do controle do fluxo de água durante os eventos de cheias; o monitoramento contínuo, como foco na capacidade de resposta das barragens às condições hidrológicas e climáticas adversas, visando antecipar situações de risco e promover ações preventivas; a elaboração de plano de contingência e emergência, com procedimentos eficazes para o enfrentamento de situações de cheias.

10 – PL n. 122/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Tiago Zilli (MDB)

O projeto institui o cadastro especial de veículos, denominado “Jipe Legal”, nele sendo incluídos os veículos classificados como “misto”, do tipo utilitário. O titular do veículo deverá ser associado à entidade legalmente declarada de utilidade pública.

Os automóveis cadastrados serão autorizados a habilitar o tráfego em condições especiais, podendo ser utilizados em caráter de treinamento e atuação operacional diante de necessidade da coletividade e interesse público.

11 – PL n. 256/2024

Autor: Deputado Júlio Garcia (PSD)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto de lei obriga os hospitais públicos e privados do estado a manterem em seus quadros de funcionários cirurgiões-dentistas habilitados para o tratamento de pacientes internados.

A medida se mostra importante porque os pacientes internados estão mais suscetíveis a problemas bucais que podem agravar o seu quadro de saúde. Os hospitais devem estar preparados para o enfrentamento dessa circunstância.

12 – PL n. 237/2024

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta dispõe sobre diretrizes a serem observadas pelos municípios para a instituição de política para prover o acesso à internet em áreas rurais.

13 – PLC n. 21/2024

Autor: Deputada Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta altera a Lei n. 17.762/2019, a qual dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Pela regra atual, a isenção do ICMS concedida a bem ou mercadoria oriunda dos países membros ou associados do MERCOSUL, cuja entrada no Brasil ocorra por via terrestre,

está condicionada ao desembaraço do produto nos portos secos ou zonas alfandegárias de Santa Catarina.

A alteração legislativa proposta busca garantir a isenção do ICMS, também, aos produtos cujo desembaraço aduaneiro tenha sido feito em outro estado, desde que haja autorização expressa da Secretaria do Estado da Fazenda.

Outra regra do projeto de lei pretende dispensar do desembaraço, em portos secos, os bens originários da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, mas mantendo essa condição quando os produtos forem originários de outros países membros ou associados do MERCOSUL.

O objetivo da proposta é facilitar o desembaraço aduaneiro dos produtos de empresas instaladas no estado.

14 – PL n. 55/2024

Autor: Deputado Daniel Cândido (PODEMOS)

Relator: Deputada Ana Campagnolo (PL)

A proposta cria ações promovendo o mercado de trabalho de pessoas com deficiência no estado.

Dentre as ações mencionadas, estão a realização de cursos incluindo disponibilização de recursos de tecnologia assistida, com versões de libras e áudios; construção de material de apoio necessário em linguagem simples e acessível; execução de eventos e feiras de emprego para ampliar efetivamente as ofertas de emprego para pessoas com deficiência.

15 – PL n. 128/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto cria o Fundo Estadual de apoio ao portador da Síndrome do Espectro Autista (TEA).



Os recursos serão exclusivamente aplicados em ações de atendimento aos autistas relativamente às especialidades neuropediatria, fonoaudiologia, terapias ocupacionais e comportamentais, fisioterapias e atividades físicas.

O fundo será composto por 5% do produto de arrecadação do ICMS incidente sobre cigarros, cigarrilhas, charutos e demais derivados do tabaco e bebidas alcoólicas, por 3% do ICMS incidente sobre agrotóxicos e defensivos agrícolas, além de receitas oriundas de doações e repasses de pessoas físicas ou jurídicas, bem como por verbas decorrentes de convênios e acordos com entidades públicas.

16 – PL n. 114/2024

Autor: Deputado Delegado Egídio (NOVO)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto dispõe sobre a comercialização e a circulação de cães de raça, notoriamente, violentas e perigosas, que poderá ocorrer somente mediante o uso de coleira, guia curta de condução, enforcador e focinheira.

Estão abrangidos por essa regra as seguintes raças de cão: Mastim-napolitano, Bull terrier, American staffordshire, Pastor-alemão, Rottweiler, Fila-brasileiro, Dobermann, Buldogue, Boxer, Chowchow e Pitbull.

Aos condutores de cães em desobediência, será aplicada a penalidade de advertência e multa, além da apreensão do animal com os custos pagos pelo dono. Incumbirá ao serviço de guarda ou ao policiamento a aplicação das penalidades.

17 – PLC n. 6/2024

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

O projeto altera a Lei Complementar n. 831/2023, que trata do Programa Universidade Gratuita, para assegurar a reserva de 5% das vagas ofertadas aos portadores de deficiência.

18 – PL n. 145/2024

Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)

Relator: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

A proposta institui o selo “pessoa com autismo a bordo”, com o objetivo de identificar veículos transportando as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e conscientizar a sociedade civil quanto à forma de agir em situações de risco envolvendo veículos que transportam pessoas com autismo.

19 – PL n. 204/2024

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

O projeto de lei autoriza os municípios catarinenses a prestar e receber assistência de todos os municípios do país quando afetados por catástrofes naturais, independentemente de decretação de estado de calamidade ou situação de emergência.

O auxílio prestado poderá ocorrer por meio de cessão de veículos, servidores, equipamentos, maquinários, com a finalidade de restabelecer os serviços essenciais, desde que não comprometa as atividades do município concedente.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48)3221-3112